



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS

TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO
EXERCÍCIO : 2007
PROCESSO N° : 50600.003415/2008-18
UNIDADE AUDITADA : DNIT
CÓDIGO UG : 393003
CIDADE : BRASÍLIA
RELATÓRIO N° : 208642
UCI EXECUTORA : 170985

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 208642, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pelo **DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT**.

I - ESCOPO DOS EXAMES

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 31/03/2008 a 04/07/2008, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela unidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames, que contemplaram os seguintes itens:

- AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS;
- QUALIDADE E CONFIABILIDADE DOS INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO UTILIZADOS PELA UNIDADE;
- CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS;
- TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS;
- REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS;
- REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS;
- CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU;
- ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA;
- CONCESSÃO DE DIÁRIAS; e
- SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DO CARTÃO CORPORATIVO DO GOVERNO FEDERAL.

II - RESULTADO DOS TRABALHOS

3. Os exames realizados resultaram na identificação das constatações listadas detalhadamente no **Anexo - "Demonstrativo das Constatações"** e que dão suporte às análises constantes neste

Relatório de Auditoria.

4. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e dos respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-47/2004 e 54/2007 e pelas DN-TCU-85/2007 e 88/2007, Anexo XI.

5. Em acordo com o que estabelece o Anexo VI da DN-TCU-85/2007, e em face dos exames realizados, cujos resultados estão consignados no Anexo - "Demonstrativo das Constatações", efetuamos as seguintes análises:

5.1 AVAL. DOS RESULTADOS QUANT. E QUALITATIVOS

Os Programas de Governo, sob responsabilidade do DNIT, que no exercício de 2007 tiveram execução orçamentária e financeira estão relacionados a seguir:

Programa	Identificação
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União.
0220	Manutenção da Malha Rodoviária Federal.
0223	Manutenção de Hidrovias.
0225	Gestão da Política dos Transportes.
0229	Corredor São Francisco.
0230	Corredor Leste.
0231	Corredor Transmetropolitano.
0232	Corredor Sudoeste.
0233	Corredor Mercosul.
0235	Corredor Nordeste.
0236	Corredor Oeste-Norte.
0237	Corredor Araguaia-Tocantins.
0238	Corredor Fronteira Norte.
0663	Segurança Pública nas Rodovias Federais.
0750	Apoio Administrativo.
0901	Operações Esp.: Cumprimento de Sentenças Judiciais.
0906	Operações Esp.: Serviço da Dívida Externa.
6035	Infra-Estrutura de Transportes.

A execução orçamentária e financeira da Entidade, por programa, encontra-se resumida a seguir:

Programa	Planejado 2007 (R\$)	Executado 2007 (R\$)	Executado 2006 (R\$)
0089	9.142.011,00	8.508.477,87	5.514.127,78
0220	3.275.942.759,00	1.487.465.218,52	1.120.441.339,78
0223	48.130.000,00	15.623.609,98	13.171.942,96
0225	200.392.300,00	34.974.772,20	30.268.726,88
0229	258.042.875,00	110.168.526,66	36.081.366,90
0230	958.984.569,00	267.104.210,30	127.739.732,25
0231	169.402.093,00	260.908.327,74	29.721.420,65
0232	118.000.000,00	306.000,00	11.346.191,48
0233	1.269.754.536,00	428.643.906,48	199.947.095,45
0235	1.154.265.553,00	133.157.793,20	48.769.299,80
0236	617.659.036,00	32.673.794,49	42.697.244,95
0237	732.817.435,00	137.405.643,82	146.262.088,58
0238	432.783.094,00	135.639.346,09	110.220.659,39
0663	127.620.000,00	125.361.960,00	59.479.246,61

0750	370.844.696,00	311.079.108,04	253.533.348,96
0901	358.258,00	-	-
0906	317.656.856,00	256.803.033,52	320.021.787,54
6035	165.500.000,00	16.640.563,06	48.447.031,07
=====			
Total	10.227.296.071,00	3.762.464.291,97	2.603.662.651,03
=====			

Os valores apresentados demonstram que a Autarquia obteve significativa evolução em sua execução orçamentária e financeira.

A execução da Unidade no exercício de 2007 alcançou 3,762 bilhões de reais, que representa um acréscimo de 44,5% frente ao exercício anterior. O percentual alcançado torna patente um progresso no desempenho das atividades de sua competência, contribuindo para o desenvolvimento da infra-estrutura de transporte do país.

Em grande parte, a evolução de execução detectada pode ser creditada ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal, principalmente pelo incremento no nível de investimentos. A Dotação Autorizada da Autarquia no exercício alcançou 10,227 bilhões de reais, o que representa um incremento de 25,19% frente ao inicialmente previsto.

Por outro lado, a execução da Unidade, tendo como referência o total autorizado no exercício, apresenta resultados menos expressivos. Em termos percentuais, a execução financeira do Órgão representa 36,79% do total de 10,227 bilhões de reais planejado para o exercício. A respeito do resultado percentual apresentado é necessário levar em consideração alguns aspectos.

Primeiro, é necessário destacar que os valores constantes da tabela se referem unicamente aos pagamentos provenientes dos recursos autorizados na Lei Orçamentaria Anual - LOA de 2007 e que, por isso, não foram considerados os pagamentos provenientes dos restos a pagar do exercício anterior.

Em consulta ao Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, constatou-se que quantia paga referente aos restos a pagar do exercício anterior é bastante expressiva. Em 2007, estes pagamentos totalizaram 2,254 bilhões de reais. Até o 9o mês do ano, eles representam a maioria dos pagamentos efetuados pelo Órgão, correspondendo a 51,61% do total executado. No acumulado do exercício, os pagamentos dos restos a pagar do exercício anterior alcançam percentual de 37,46%.

Se somássemos os valores pagos provenientes dos recursos autorizados na LOA de 2007 com aqueles provenientes dos restos a pagar do exercício anterior, a execução financeira da Unidade alcançaria 6,016 bilhões de reais.

Por último, importa destacar que os serviços de manutenção e construção contratados pelo DNIT são medidos mensalmente e pagos em até 30 dias a contar da data de atesto da execução dos serviços pelo fiscal da obra. Desta forma, é razoável afirmar que parcela significativa dos serviços executados no último bimestre do ano só é paga no ano subsequente e que, por isso, não é apropriada na execução financeira da Unidade no exercício.

Portanto, em que pese a execução financeira da Unidade ter alcançado 36,79%, deve ser ponderado que não foram considerados os pagamentos provenientes dos restos a pagar do exercício anterior e que parcela representativa dos serviços executados no último bimestre do ano, por ser paga somente no ano seguinte, também não foi considerada.

Quanto à execução física, o Gestor alcançou realizações significativas, tendo executado:

- a) 25.834 km de restauração e recuperação de vias;

- b) 38.690 km de rodovias conservadas;
- c) 12.217 km de vias sinalizadas;
- d) 582 km de vias construídas;
- e) 227 km de adequação de trechos rodoviários.

Com relação ao cumprimento das metas estabelecidas na LOA, a execução das principais ações dos principais programas da Unidade encontra-se resumida nas tabelas que seguem:

Programa 0220 - Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Ação	Meta (LOA)	Exercício 2007		%
		Planejado	Realizado	
(1) Trecho recuperado (km)		6.241	10.565	169,3
2834 Trecho restaurado (km)		1.329	9.644	725,7
2841 Trecho conservado (km)		17.550	38.690	220,5
4399 Trecho mantido (km)		276	4.099	1.485,1
(2)		-	1.432	-
2324 Sinalização mantida (km)		11.000	12.217	111,1
2325 Posto mantido (un)		33	11	33,3

(1) Consolidação das ações de Recuperação de Trechos Rodoviários.

(2) Consolidação das ações de Manutenção de Trechos Rodoviários. Estas ações não constaram da LOA, assim, não houve meta prevista. Sua dotação orçamentária é formada por créditos extraordinários.

Programa 0229 - Corredor São Francisco

Ação	Meta (LOA)	Exercício 2007		%
		Planejado	Realizado	
107Q Trecho pavimentado (km)		0,98	0,98	100,0
1B94 Trecho pavimentado (km)		11	11	100,0
1C09 Trecho pavimentado (km)		5	27	540,0
7E77 Trecho pavimentado (km)		42	40,6	96,7
1K19 Trecho pavimentado (km)		12	6	50,0
1226 Obra executada (km)		10	0	0,0
1332 Obra executada(%da exec. fis.)		94	94	100,0

Programa 0230 - Corredor Leste.

Ação	Meta (LOA)	Exercício 2007		%
		Planejado	Realizado	
12ER Trecho pavimentado (km)		7	0	0,0
1304 Trecho adequado (km)		19	24	126,3
1310 Trecho adequado (km)		17	20,8	122,4
1B98 Trecho adequado (km)		17	4,6	27,1
1K22 Trecho adequado (km)		17	32,5	191,2
1K23 Trecho adequado (km)		6	2,2	36,7
(1) Trecho adequado (km)		24	4,1	17,1
1K17 Trecho pavimentado (km)		2	0	0,0
(2) Trecho adequado (km)		12	0	0,0
7152 Trecho pavimentado (km)		43	53	123,3
1B81 Trecho construído (km)		12	12	100,0
11H1 Trecho adequado (km)		3	0	0,0
(3) Trecho adequado (km)		45	0	0,0
1B97 Trecho adequado (km)		8	(6)	

3318	Trecho pavimentado (km)		5		0		0,0
(4)	Trecho pavimentado (km)		47		52,5		111,7
(5)	Trecho adequado (km)		11,1		9,1		82,0

(1) Ações: 1K80 e 7E88

(2) Ações: 3E49 e 7630

(3) Ações: 1K79, 7E82 e 7E83

(4) Ações: 7154 e 7E84

(5) Ações: 10CL e 7F19

(6) A meta física estabelecida na LOA não reflete a realidade. Os serviços executados referem-se à aquisição de equipamentos de segurança para o Corpo de Bombeiros e à realização de serviços de recuperação ambiental.

Programa 0231 - Corredor Transmetropolitano

Ação	Meta (LOA)	Exercício 2007		%
		Planejado	Realizado	
(1)	Trecho pavimentado (km)	14	0	0,0
12GC	Obra executada(%da exec. fis.)	51	40	78,4
1D69	Trecho construído (km)	10	0	0,0

(1) Ações: 008Y e 7640

Programa 0232 - Corredor Sudoeste.

Ação	Meta (LOA)	Exercício 2007		%
		Planejado	Realizado	
7F26	Trecho construído (km)	10	0	0,0
7F25	Trecho construído (km)	15	0	0,0
5E52	Obra executada (un)	1	0	0,0

Programa 0233 - Corredor Mercosul.

Ação	Meta (LOA)	Exercício 2007		%
		Planejado	Realizado	
7192	Trecho pavimentado (km)	15	0,35	2,3
5E14	Trecho pavimentado (km)	34	7	20,6
11VC	Trecho adequado (km)	1	0	0,0
1208	Trecho adequado (km)	87	52,25	60,1
3766	Trecho adequado (km)	48	16,31	34,0
(1)	Trecho pavimentado (km)	26	24	92,3
7F29	Trecho pavimentado (km)	25	3,96	15,8
12BU	Trecho pavimentado (km)	45	33,5	74,4
1D70	Trecho pavimentado (km)	28	11,1	39,6
1276	Trecho construído (km)	8	0	0,0
11XB	Trecho construído (km)	2	0,7	35,0
1K24	Trecho construído (km)	5	0	0,0
5019	Obra executada(%da exec. fis.)	108	28,82	26,7
(2)	Trecho adequado (km)	20	5,29	26,5
(3)	Trecho adequado (km)	8	5	62,5
11XF	Obra executada(%da exec. fis.)	14	16,65	118,9

(1) Ações: 5E55 e 7F13

(2) Ações: 10JX e 7E99

(3) Ações: 1E78 e 10EC

Programa 0235 - Corredor Nordeste.

Ação	Meta (LOA)	Exercício 2007		%
		Planejado	Realizado	
1236	Trecho adequado (km)	29	11,7	40,3
105T	Trecho adequado (km)	77	10,4	13,5
7435	Trecho adequado (km)	71	14	19,7
7626	Trecho adequado (km)	50	10	20,0
(1)	Trecho adequado (km)	3	3	100,0
7F07	Trecho adequado (km)	23	9	39,1
1E76	Trecho pavimentado (km)	25	8,7	34,8
1B99	Trecho pavimentado (km)	7	7,2	102,9

(1) Ações: 1558 e 1A44

Programa 0236 - Corredor Oeste-Norte.

Ação	Meta (LOA)	Exercício 2007		%
		Planejado	Realizado	
11UW	Trecho pavimentado (km)	30	20	66,7
1248	Trecho pavimentado (km)	53	0	0,0
1424	Trecho pavimentado (km)	10	52,5	525,0
(1)	Obra executada(%da exec. fis.)	57,26	18,55	32,4
(2)	Obra executada(%da exec. fis.)	76,52	9,55	12,5
(3)	Obra executada(%da exec. fis.)	29,41	63,16	214,8
1J49	Obra executada(%da exec. fis.)	100	0	0,0
1246	Trecho adequado (km)	10	0	0,0
5E51	Trecho pavimentado (km)	37	19	51,4

(1) Ações 1B61, 1C93, 1C96, 1C99, 1D51, 1D53, 1D54, 1J62, 1J65 e 1J69.

(2) Ações 1B71, 1B85, 1C97, 1C98, 1J63, 1J64, 1J66, 1J67, 1J70, 1J71, 1J72, 1J73, 1J74, 1J76 e 1J77.

(3) Ações 1D55, 1D56 e 1J75.

Programa 0237 - Corredor Araguaia-Tocantins.

Ação	Meta (LOA)	Exercício 2007		%
		Planejado	Realizado	
11VA	Trecho pavimentado (km)	9	0	0,0
7542	Trecho adequado (km)	15	14	93,3
3768	Trecho adequado (km)	1	42,24	4.224,0
1238	Trecho pavimentado (km)	15	25	166,7
11V8	Trecho pavimentado (km)	80	21,55	26,9
7560	Trecho adequado (km)	16,2	0	0,0
5750	Obra executada(%da exec. fis.)	5	13,38	267,6
5E16	Obra executada(%da exec. fis.)	59	97,79	165,7
7E80	Trecho pavimentado (km)	56	43,26	77,3

Programa 0238 - Corredor Fronteira Norte.

Ação	Meta (LOA)	Exercício 2007		%
		Planejado	Realizado	

1418	Trecho pavimentado (km)		15		4,83		32,2
1422	Trecho pavimentado (km)		112		92,5		82,6
7F02	Trecho pavimentado (km)		50		43,52		87,0
1420	Trecho pavimentado (km)		10		8,7		87,0

Os programas e suas respectivas ações, listadas nas tabelas anteriores, são representativas da atuação da Autarquia, uma vez que respondem por 76,17% da Dotação Autorizada e 80,37% dos pagamentos provenientes da LOA 2007.

Os números de execução física apresentados são bastante heterogêneos. Por um lado, 30,1% das ações listadas anteriormente apresentam execução física superior à planejada e, de outro lado, 25,3% possuem desempenho físico igual a zero. Considerando apenas as ações restantes, a execução física média alcança 46,70%.

Importa ainda informar que em diversas ações apesar de não ter sido atingida a meta física estabelecida na LOA de, por exemplo, quilômetro pavimentado, houve a execução de diversos serviços preparatórios como terraplenagem, base, Obra de Arte Corrente - OAC e Obra de Arte Especial - OAE.

Como exemplo, pode-se citar a Ação 1208 - Adequação de Trecho Rodoviário (Palhoça - Divisa SC/RS) na BR-101 no Estado de Santa Catarina. Apesar da informação da execução de 60,1% da meta física (52,25 km em 87 km), a execução física no ano foi: terraplenagem - 131,5 km; Base - 52,25 km; Capa - 52,25 km; OAE - 30 unidades concluídas e 40 unidades em andamento.

Por último, é preciso destacar que a Entidade, ao longo do seu Relatório de Gestão, expôs os motivos que levaram ao não cumprimento das metas planejadas, bem como as providências adotadas para a solução destes entraves. Os motivos apresentados refletem a complexidade da atividade fim da autarquia. Dentre os motivos expostos, vale citar:

- a) descompasso entre a disponibilidade financeira e a execução física da obra;
- b) morosidade nos processos licitatórios em decorrência de recursos e impugnações;
- c) questões relacionados ao licenciamento ambiental, face à rigidez das exigências contidas na legislação;
- d) carência de recursos humanos.

O último motivo exposto merece uma menção a parte. O quadro de pessoal aprovado para o DNIT é de 4.751 funcionários, porém, em 31/12/2007, a Autarquia contava com 3.004, com um déficit, portanto, de 36%.

5.2 QUALIDADE/CONFIABILIDADE DOS INDICADORES

Na análise dos indicadores de desempenho utilizados pelo DNIT verificou-se que, daqueles previstos no PPA 2004-2007, apenas o que indica a "taxa de rodovias em boas condições de trafegabilidade" foi apurado durante o ano de 2007, conforme Relatório de Gestão do DNIT/2007, item 5 - Desempenho Operacional (fls. 328 a 331). Desta forma, alguns indicadores previstos não foram implementados ou não mantiveram a apuração de suas séries históricas durante o ano de 2007, fato este que está constatado no **item 13.1.1.1** do Anexo do presente relatório.

Com relação ao indicador "**taxa de rodovias em boas condições de trafegabilidade**", único que está sendo implementado, é sintetizada abaixo algumas de suas características:

- Descrição: Taxa de rodovias com boas condições de trafegabilidade. - Programa ao qual está associado: 0220 - Manutenção da Malha Rodoviária

Federal

- Unidade de medida: Expresso em percentual (%)
- Tipo de Indicador ou Medida: Efetividade
- Indicador definido no Plano Plurianual (PPA)

Avaliando-se o indicador em questão observa-se que para sua apuração é utilizado o Índice de Estado da Rodovia (IES) que classifica o estado da superfície em Ótimo, Bom, Regular, Ruim e Péssimo. Desta forma, observa-se que tal indicador revela ser de fácil compreensão, atendendo - portanto - ao critério de Simplicidade. No tocante à Representatividade, verifica-se que o mesmo está adequado, uma vez que expressando a condição de trafegabilidade da malha rodoviária, é atingido o enfoque do produto principal do programa - que é o de manter as rodovias federais em boas condições.

Todavia, é importante destacar que a condição de trafegabilidade da rodovia não é determinada somente em função do estado do pavimento, haja vista que a situação da sinalização (horizontal e vertical), do acostamento e da faixa de domínio também influenciam na trafegabilidade. A partir desta análise, entende-se que este indicador poderia ser aperfeiçoado. Para isso, seria importante a realização de um estudo de viabilidade de alteração deste indicador visando contemplar, no cálculo do mesmo, a situação da sinalização, do acostamento e da faixa de domínio, onde se poderia utilizar um fator de ponderação que expressasse a relevância de cada um destes itens. No entanto, durante esses estudos, faz-se necessário atentar se os itens sugeridos acima teriam realmente um peso relevante no cálculo do indicador, uma vez que - caso não tenham tal relevância - poderia ser anti-econômica a apuração destes itens.

É importante mencionar, por fim, que o Ministério dos Transportes, por meio da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes, está desenvolvendo o projeto denominado "**Metodologia Integrada de Suporte, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes**". O projeto é resultado de convênio firmado entre o Ministério dos Transportes e a Fundação Universidade de Brasília, por intermédio do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transporte (CEFTRU). O objetivo principal do projeto é o desenvolvimento de um sistema de indicadores que propicie a descrição do estado dos transportes no País, dando suporte ao planejamento do setor. A respeito deste projeto foi recomendado que o DNIT (item 13.1.1.1 do Anexo deste relatório) examine a possibilidade de utilização dos indicadores homologados no âmbito do referido projeto para avaliação dos programas/ações sob sua responsabilidade.

5.3 CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS

Algumas constatações levantadas na Avaliação de Gestão do DNIT evidenciam fragilidades no gerenciamento da entidade, apontando para controles internos administrativos precários. Dentre essas constatações, consignadas no **Anexo - "Demonstrativo de Constatações"** do Relatório, destacam-se os atrasos nos pagamentos dos contratos podendo ensejar rescisões contratuais e paralisações das obras, bem como abrir possibilidades futuras para cobrança de correção monetária sobre pagamentos atrasados; pagamentos de contratos sem avaliação prévia **qualitativa** dos produtos; incompatibilidade entre a execução física e o serviço atestado; inobservância de requisitos regulamentares (IN STN nº 01/97) na celebração de convênios; entre outros.

O próprio DNIT reconhece suas deficiências gerenciais e para minimizar contratou instituições como o FGV e o CENTRAN para formular estratégias para melhorar a gestão do Órgão. Entretanto, inclusive na

gestão desses "contratos" foram constatadas deficiências no acompanhamento gerencial dos processos relacionados, como podem ser percebidos nos itens 3.1.1.5 e 3.2.4.1 do Anexo - "Demonstrativo de Constatações".

5.4 TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

O Relatório de Gestão traz, em seu Anexo E, um Demonstrativo de Transferências Realizadas no Exercício, que contém, em forma de tabela, informações sobre os convênios com vigência no exercício de 2007. Conforme o Relatório, em 2007 estiveram vigentes 62 convênios realizados com prefeituras municipais, 98 convênios realizados com órgãos dos Estados e 1 convênio com o Exército.

O referido Relatório não menciona a existência de transferências recebidas.

Para avaliação das transferências concedidas, a equipe de auditoria identificou, no SIAFI2007, convênios com vigência expirada, mas que, em 31/12/2007, ainda possuíam saldo a comprovar ou a aprovar, quais sejam:

CONVÊNIOS COM SALDO A COMPROVAR

Convênio	Início da Vigência	Fim da Vigência	Objeto do Convênio	Conveniente	Valor Concedido	Valor a Comprovar
PG-115/98 SIAFI: 367947	06/JUL/98	31/JUL/03	Construção de vias marginais à BR-364 No perímetro urbano de Cacoal/RO	Prefeitura do Município de Cacoal	7.336.017,83	5.374.106,90
051/2006 SIAFI: 572835	30/JUN/06	25/OUT/07	Execução dos serviços de reabilitação do pavimento na rodovia BR-262/MS	Município de Campo Grande	1.934.847,89	1.934.847,89
382/2005 SIAFI: 561161	10/JAN/06	02/AGO/07	Urbanização do acesso à Sena Madureira/AC	Prefeitura Municipal de Sena Madureira	2.673.132,76	1.782.088,50
AQ-230/04 SIAFI: 522545	28/MAR/05	30/JUN/07	Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) no Porto de Rio Grande/RS	Superintendência do Porto de Rio Grande	3.250.000,00	123.127,35
PP-019/05 SIAFI: 522496	15/MAR/05	30/JUN/07	Coletar dados relativos à situação da BR-319/AM	Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões	291.920,45	100.000,00

CONVÊNIOS COM SALDO A APROVAR

Convênio	Início da Vigência	Fim da Vigência	Objeto do Convênio	Conveniente	Valor Concedente	Valor a Aprovar
AQ-230/04 SIAFI: 522545	28/MAR/05	30/JUN/07	Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) no Porto de Rio Grande/RS	Superintendência do Porto de Rio Grande	3.250.000,00	3.126.872,65
AQ-227/04 SIAFI: 522504	03/JAN/05	28/FEV/07	Construção de instalação para inspeção fitossanitária e complexos administrativos para abrigar órgãos federais no Porto de Rio Grande	Superintendência do Porto de Rio Grande	600.000,00	600.000,00
AQ-82/04 SIAFI: 504417	01/JUL/04	28/DEZ/06	Execução do muro de arrimo do Rio Mucuruçá em Barcarena/PA	Prefeitura de Barcarena	2.800.000,00	2.800.000,00
PP-019/05 SIAFI: 522496	15/MAR/05	30/JUN/07	Coletar dados relativos à situação da BR-319/AM	Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões	291.920,45	100.000,00
PG-105/98 SIAFI: 368111	03/JUL/98	22/FEV/07	Construção e pavimentação na BR-484	Departamento de Estrada de Rodagem do Espírito Santo	10.487.130,58	3.741.689,62

Convênio	Início da Vigência	Fim da Vigência	Objeto do Convênio	Conveniente	Valor Concedente	Valor a Aprovar
AQ-081/2004 SIAFI: 510931	02/JUL/04	30/JUN/07	Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) no Porto de Itajaí/SC	Superintendência do Porto de Itajaí	1.865.778,02	663.834,27
563959	31/JAN/06	25/OUT/07	Construção de uma via de acesso seletivo para veículos de carga, ligando a rodovia BR-101/SC à área do Porto de Itajaí/SC	Itajaí Prefeitura	16.000.000,00	1.275.459,94
564029	11/JAN/06	10/AGO/07	Revitalização da BR-174/RR	Governo do Estado de Roraima	6.413.119,40	2.180.891,31
588639	17/JAN/07	14/OUT/07	Serviços de manutenção (conservação/recuperação) da rodovia BR-364/MT	Campo Novo do Parecis Prefeitura Municipal	545.724,84	437.098,47

Fonte: SIAFI2007

Nesses casos listados, como amostragem, foram analisados os motivos que determinam a situação a comprovar ou a aprovar dos convênios 504417, 522545, 367947, 572835, 522496, 561161 e 522504, bem como as providências adotadas pelo DNIT. Os resultados da análise estão detalhados nos itens **1.1.1.1, 1.1.1.2, 1.1.1.3, 2.3.1.1, 4.3.1.1, 14.1.1.1 e 16.1.1.1** do **Anexo - "Demonstrativo das Constatações"**.

Foram analisados também os Convênios 553609, 558599, 555021, 562420, 560326, 562939, 562927, 562477, 562942, 562421, referentes à construção de terminais fluviais nos estados do Amazonas, Pará e Maranhão. A totalidade dos convênios analisados apresentam deficiências em relação à qualidade da supervisão efetuada pela DAQ no exercício do papel de concedente dos recursos, conforme detalhado no item **4.1.1.1** do Anexo.

Outro ponto relevante analisado pela equipe de Auditoria foram os projetos desenvolvidos pelo CENTRAN - Centro de Excelência de Engenharia de Transportes. O CENTRAN é fruto de uma parceria entre o Ministério dos Transportes e o Ministério da Defesa, estabelecida pela Portaria Interministerial MT/MD n° 407, de 28 de março de 2005.

Durante os trabalhos de campo, foram constatadas algumas deficiências no gerenciamento dos Projetos do CENTRAN, especificamente no Plano de Trabalho sobre o Prosseguimento do Desenvolvimento e Implantação de um Sistema de Gestão Estratégica /Operacional em apoio à Direção-Geral do DNIT, conforme detalhado no item **3.2.4.1** do **Anexo - "Demonstrativo das Constatações"**.

5.5 REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

Durante o exercício de 2007, o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT realizou 1.482 processos de aquisição de bens, serviços e obras, incluindo os atos relativos a dispensa e inexigibilidade. O levantamento destas informações foi realizado tanto junto à sede do DNIT em Brasília quanto junto às Superintendências Regionais (SR). Abaixo seguem quadros-resumo com os dados das SR, do DNIT-Sede e, por fim, um quadro com a consolidação de todas as informações obtidas.

***** SUPERINTENDENCIAS REGIONAIS *****				
=====				
Tipo de aquisição	Qtde.	Valor	% Qtde	% Valor
=====				
Dispensa	637	99.331.950,15	48,00%	16,08%

Inexigibilidade	244	3.484.240,13	18,39%	0,56%
Convite	64	7.293.421,97	4,82%	1,18%
Tomada de Preços	39	19.338.042,32	2,94%	3,13%
Concorrência	104	471.735.938,69	7,84%	76,38%
Pregão Presencial	5	1.165.336,82	0,38%	0,19%
Pregão Eletrônico	234	15.304.222,05	17,63%	2,48%
=====				
Total	1.327	617.653.152,13	100,00%	100,00%
=====				

***** DNIT - SEDE *****

Tipo de aquisição	Qtde.	Valor	% Qtde	% Valor
Dispensa	52	338.769.240,89	33,55%	27,90%
Inexigibilidade	21	15.015.109,93	13,55%	1,24%
Convite	2	263.891,52	1,29%	0,02%
Tomada de Preços	7	5.740.774,59	4,52%	0,47%
Concorrência	42	806.256.582,47	27,10%	66,39%
Pregão Presencial	0	0,00	0,00%	0,00%
Pregão Eletrônico	31	48.390.007,52	20,00%	3,98%
=====				
Total	155	1.214.435.606,92	100,00%	100,00%
=====				

***** DNIT - CONSOLIDADO *****

Tipo de aquisição	Qtde.	Valor	% Qtde	% Valor
Dispensa	689	438.101.191,04	46,49%	23,91%
Inexigibilidade	265	18.499.350,06	17,88%	1,01%
Convite	66	7.557.313,49	4,45%	0,41%
Tomada de Preços	46	25.078.816,91	3,10%	1,37%
Concorrência	146	1.277.992.521,16	9,85%	69,76%
Pregão Presencial	5	1.165.336,82	0,34%	0,06%
Pregão Eletrônico	265	63.694.229,57	17,88%	3,48%
=====				
Total	1.482	1.832.088.759,05	100,00%	100,00%
=====				

Da análise das compras e contratações realizadas pelo DNIT, considerando-se as homologadas em 2007, verifica-se que a modalidade mais utilizada, em termos de quantidades de ocorrências, foi a Dispensa de Licitação com 689 processos, ou seja, cerca de 46% do total. Por outro lado, quando se analisa as modalidades pelo aspecto financeiro, observa-se a grande predominância da modalidade de Concorrência, com cerca de 70% do valor total de recursos licitados. Isto pode ser explicado pelo fato de que a grande maioria das dispensas realizadas são para contratações de obras/serviços/compras com valores baixos (média em torno de 150 mil reais) enquanto que nas contratações realizadas sob a forma de Concorrência ocorre justamente o inverso, isto é, as licitações normalmente são realizadas com valores superiores a 1 (um) milhão de reais. Frise-se, inclusive, que é nesta modalidade que são realizadas as licitações para o atingimento dos objetivos dos programas/ações de caráter finalístico do DNIT como manutenção da malha rodoviária, construção de rodovias, entre outros.

Em relação aos quantitativos apurados nas Superintendências Regionais, observa-se que a SR/MS foi a que deteve o maior montante financeiro licitado em 2007 com cerca de 17% enquanto que a SR/RN, com

apenas 0,14%, foi a que licitou o menor volume dentre todas as Superintendências Regionais.

Outros pontos que merecem destaque a partir do levantamento realizado são:

- A modalidade de Pregão Eletrônico sobressaiu em relação ao Pregão Presencial, com cerca de 98% do total de pregões realizados.

- Não foi realizada nenhuma licitação do CREMA em 2007.

Cumprir destacar, ainda, a dificuldade encontrada pelo DNIT em atender a solicitação da CGU referente ao quantitativo total de licitações realizadas. No memorando que encaminha a resposta, o Coordenador-Geral de Cadastro e Licitação relata que a dificuldade na disponibilização de tais informações se dá em virtude do DNIT, atualmente, não dispor de um sistema integrado de controle e gestão de licitações. Todavia, o Coordenador-Geral informa que está sendo tramitado no DNIT o **processo no. 50600.000796/2008-75** para aquisição de um software para gestão de licitações como providência adotada para solução do referido problema. Desta forma, é importante que o DNIT mantenha esta Controladoria informada sobre o andamento do referido processo bem como a previsão para que o software em questão esteja à disposição do órgão.

No que se refere aos dados relativos às Dispensas de Licitação e Inexigibilidade, identificou-se que os processos referentes a estas modalidades, diferentemente dos demais, não passam pela Coordenação-Geral de Cadastro e Licitações (CGCL) e, portanto, a coordenação não possui o quantitativo dos mesmos. Ressalte-se que a Diretoria Executiva - que tem a competência para se pronunciar a respeito das dispensas e inexigibilidades - também não possuía uma relação desses quantitativos. Desta forma, cada Diretoria do DNIT encaminhou, separadamente, o total de dispensas e inexigibilidades realizadas no ano de 2007, informação essa que foi posteriormente consolidada por esta equipe de auditoria.

Fazendo-se uma análise com relação às Dispensas de Licitação verifica-se que - especificamente na atividade finalística do DNIT, isto é, nas contratações de obras - esta modalidade foi utilizada principalmente para contratação de obras em casos de Emergência (art. 24, inciso IV) e de Remanescente de obras, em casos de rescisão contratual (art. 24, inciso XI).

No que se refere à análise dos processos durante o período de auditoria, foram analisados 12 (doze) processos de aquisição de bens, serviços e obras, sendo 8 (oito) de Dispensas de Licitação, 2 (dois) de Inexigibilidade e outros 2 (dois) de Pregão. Da análise destes processos não foram verificadas irregularidades quanto as justificativas para as dispensas de licitação e declaração de inexigibilidade; ademais, observou-se o correto enquadramento das modalidades de Concorrência, Convite e Tomada de preço quanto aos limites estipulados em lei.

Por fim, é importante destacar algumas constatações encontradas por esta equipe de auditoria a partir da análise de alguns contratos e/ou licitações em particular, conforme segue abaixo:

- **Edital de licitação nº 345/2007:** Durante o exercício de 2007, o DNIT iniciou procedimento licitatório, por meio do Edital de licitação nº 345/2007, cujo objeto era a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados objetivando a verificação, o cadastramento e avaliação dos bens móveis e imóveis da Extinta Rede Ferroviária Federal a serem transferidos para o DNIT. No entanto, este edital foi revogado em atendimento à decisão da Diretoria Colegiada do DNIT, tomada em reunião de 04 de dezembro de 2007. Ainda não foi iniciado novo procedimento licitatório com objeto assemelhado.

- **Contrato DIREX nº 18/2007:** Em 2007 foi realizada por esta

Controladoria uma auditoria no contrato DIREX nº 18/2007 entre o DNIT e a Fundação Getúlio Vargas - FGV cujo objeto é a execução de serviços técnicos especializados para o desenvolvimento de estudos sobre a multimodalidade no setor de transportes e avaliação e ajuste institucional do Órgão.

Na referida análise ficou constatado o pagamento de parcela do contrato sem a prévia avaliação parcial dos produtos, tendo como agravante ainda o fato de que nessa análise verificou-se que os produtos não estavam adequados, conforme detalhado no item **3.1.1.5** do **Anexo - "Demonstrativo das Constatações"**.

Vale ressaltar a contratação referente à **Operação do Sistema de Pesagem de Veículos**. A CGU realizou o acompanhamento da ação 2325 - Operação do Sistema de Pesagem de Veículos e constatou que o atraso no processo de renovação dos contratos ocasionou a paralisação da maioria dos postos de pesagem, tendo em vista que os contratos anteriores venceram no segundo semestre de 2007, enquanto os novos contratos só vieram a ser assinados em julho/2008. Ademais, foram constatadas diversas falhas na operação dos postos de pesagem, que prejudicam a realização de um controle de peso adequado, e comprometem sobremaneira a efetividade da ação de governo. Desta forma, o gerenciamento do DNIT mostrou-se deficiente em relação à operação do sistema de pesagem de veículos, conforme detalhado no item **2.1.1.1**.

Além deste ponto, foram realizadas, ainda, outras análises a respeito deste contrato, sendo que as mesmas foram classificadas como Informação, estando presentes no mesmo Anexo citado nos itens **3.1.1.1, 3.1.1.2, 3.1.1.3 e 3.1.1.4**.

5.6 REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

A Lei nº 11.171/2005, que dispõe sobre a criação de Carreiras para o DNIT, estabeleceu o quantitativo de 600 (seiscentos) cargos de Analista em Infra-Estrutura de Transportes, 1.200 (mil e duzentos) de Técnico de Suporte em Infra-Estrutura de Transportes, 400 (quatrocentos) de Analista Administrativo e 200 (duzentos) de Técnico Administrativo, estando preenchidos em 31.12.2007, apenas 283 cargos de Analista em Infra-Estrutura de Transportes, 256 cargos de Técnico de Suporte em Infra-Estrutura de Transportes, 154 cargos de Analista Administrativo e 110 cargos de Técnico Administrativo. A referida Lei criou, ainda, a partir de 1º de janeiro de 2005, o Plano Especial de Cargos do DNIT, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei no 5.645/70, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112/90, pertencentes ao Quadro de Pessoal do DNIT, contando, em 31.12.2007, com 2178 servidores. A Entidade dispõe, ainda, de 23 servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, oriundos do PCC, instituídos pela Lei nº 11.357/2006, 46 requisitados, 47 nomeados para cargos em comissão sem vínculo, 78 em exercício descentralizado de carreira, 39 em exercício provisório e 44 cedidos, a descrição pormenorizada desta informação encontra-se no item **3.1.2.1**.

Em análise aos atos de gestão, do exercício em questão, na área de pessoal verificamos que foram cadastrados no SISAC/TCU, em torno de 97% (noventa e sete) dos atos de admissão, aposentadoria, pensão e desligamento ocorridos na Entidade, conforme descrito no item **3.1.2.2**.

5.7 CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU

Conforme análise desta CGU, verificou-se no Anexo "D" do

Relatório de Gestão de 2007, que o DNIT não faz adequadamente o acompanhamento das recomendações e determinações dos órgãos de controle. Segundo o Relatório, está em fase de contratação um sistema informatizado que possibilitará esse acompanhamento. Dessa forma, como o DNIT não possuía informações sobre as determinações do TCU que estariam pendentes, em consulta ao sítio do TCU, foram encontrados 327 Acórdãos referentes ao exercício de 2007, cujo teor faz referência ao DNIT. Do total, foram selecionados, aleatoriamente alguns Acórdãos. Com base nesses Acórdãos, foram encaminhadas Solicitações de Auditoria perguntando sobre a implementação dessas determinações.

Em resposta às solicitações, verificou-se que os Acórdãos selecionados estavam atendidos ou em atendimento, conforme pode ser verificado no item **17.2.1** do **Anexo - "Demonstrativo das Constatações"**.

5.8 ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

Durante os trabalhos de auditoria foram detectadas deficiência na atuação da Unidade de Auditoria Interna do DNIT (AUDINT), conforme detalhado no item **17.1.1.2** do Anexo ao Relatório, bem como foi verificado a existências de algumas falhas formais na elaboração do RAINIT (ver item **17.1.1.1**).

O Chefe da Unidade admite as deficiências constatadas mas afirma que essa deficiência recai, principalmente, sobre a falta de estrutura da AUDINT. Essa afirmação do Chefe transfere em parte a responsabilidade pela ineficiência à Direção-Geral do DNIT quanto à necessidade de reestruturar a Unidade de Auditoria Interna, disponibilizando mais recursos, notadamente humanos, à AUDINT a fim de melhorar a qualidade e abrangência da atuação do controle interno da Autarquia.

5.9 CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Foram selecionados para análise, processos de servidores que receberam diárias em valores superiores a R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) no exercício, tendo-se constatado no item **3.1.2.3** as seguintes inconsistências: concessão de diárias sem justificativas expressas, quando o afastamento iniciou-se em sextas-feiras, ou incluiu sábados, domingos e feriados, conforme determina o Decreto nº 5992/2006; não apresentação de bilhetes de passagens por servidores, a fim de compor o processo de Prestação de Contas; propostas e concessão de diárias sem assinaturas; não publicação das concessões de diárias no Boletim Interno ou de Pessoal; inexistência, em processos, de propostas e concessão de diárias e pagamento de diárias em duplicidade.

5.10 SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES

Nas análises verificadas em processos de prestação de contas do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, observa-se que, raríssimas exceções (ver item **3.2.2.1**), os processos estão devidamente formalizados. Além disso, em todos os processos analisados, verificou-se o uso adequado do CPGF, conforme as normas pertinentes ao caso. Há que se ressaltar que, no âmbito do DNIT, não ocorreram saques pelo CPGF no exercício de 2007. Isso se deve à edição, pela Direção-Geral do Órgão, da Instrução de Serviço - DG nº 03 de 17 de maio de 2006, que veda o saque em espécie na utilização do CPGF (art. 3º, § 2º da IS-DG 03/2006). Essa conduta favoreceu o acompanhamento das despesas efetuadas pelo cartão e dificultou o surgimento de eventuais impropriedades em seu uso.

5.11 CONSTATAÇÕES QUE RESULTARAM EM DANO AO ERÁRIOO

As constatações verificadas estão consignadas **no Anexo - "Demonstrativo das Constatações"**, não tendo sido estimada pela equipe ocorrência de dano ao erárioo.

III - CONCLUSÃO

6. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria, a partir das constatações levantadas pela equipe, que estão detalhadamente consignadas **no Anexo - "Demonstrativo das Constatações"** deste Relatório.

Brasília ,



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

CERTIFICADO N° : 208642
UNIDADE AUDITADA : DNIT
CÓDIGO : 393003
EXERCÍCIO : 2007
PROCESSO N° : 50600.003415/2008-18
CIDADE : BRASÍLIA

CERTIFICADO DE AUDITORIA

Foram examinados, quanto à legitimidade e legalidade, os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, praticados no período de 01Jan2007 a 31Dez2007.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram provas nos registros mantidos pelas unidades, bem como a aplicação de outros procedimentos julgados necessários no decorrer da auditoria.

3. Diante dos exames aplicados, de acordo com o escopo mencionado no parágrafo segundo, consubstanciados no Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão n° 208642, houve gestores cujas contas foram certificadas como regulares com ressalvas. Os fatos que ensejaram tal certificação foram os seguintes:

3.1 Falhas que resultaram em ressalvas

2.1.1.1

DEFICIÊNCIA NO GERENCIAMENTO DOS CONTRATOS REFERENTES À OPERAÇÃO DO SISTEMA DE PESAGEM DE VEÍCULOS

3.1.1.5

PAGAMENTO DE PARCELA DE CONTRATO SEM A PRÉVIA AVALIAÇÃO PARCIAL DO PRODUTO

3.2.4.1

DEFICIÊNCIA NO GERENCIAMENTO DO PLANO DE TRABALHO

30.001.06.01.73.01 - PROSSEGUIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE

GESTÃO ESTRATÉGICA/OPERACIONAL EM APOIO À DIREÇÃO-GERAL DO DNIT

3.1.1.5

PAGAMENTO DE PARCELA DE CONTRATO SEM A PRÉVIA AVALIAÇÃO PARCIAL DO PRODUTO

4.1.1.1

DEFICIÊNCIA EM ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS PARA CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS FLUVIAIS

Brasília, de julho de 2008

JOSÉ ANTÔNIO MEYER PIRES JÚNIOR
COORDENADOR-GERAL DE AUDITORIA DA ÁREA DE TRANSPORTES



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

RELATÓRIO N° : 208642
EXERCÍCIO : 2007
PROCESSO N° : 50600.003415/2008-18
UNIDADE AUDITADA : DNIT
CÓDIGO : 393003
CIDADE : BRASÍLIA

PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO

Em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VIII, art. 14 da IN/TCU/N.º 47/2004 e fundamentado no Relatório, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria, cuja opinião foi pela **REGULARIDADE COM RESSALVAS** da gestão dos responsáveis relacionados no item 3.1 do Certificado de Auditoria e pela **REGULARIDADE** da gestão dos demais responsáveis, referentes ao período de 01/01/2007 a 31/12/2007.

2. As questões objeto de ressalva foram levadas ao conhecimento dos gestores responsáveis, para manifestação, conforme determina a Portaria CGU nº 1950, de 28 de dezembro de 2007, que aprovou a Norma de Execução nº 05, de 28 de dezembro de 2007, e estão relacionadas em tópico próprio do Certificado de Auditoria. As manifestações dos Gestores sobre referidas questões constam do Anexo-Demonstrativo das Constatações, do Relatório de Auditoria.

3. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, de julho de 2008

WAGNER ROSA DA SILVA
DIRETOR DE AUDITORIA DA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA